

# **HISTÓRIA E FRONTEIRAS: O ESTADO BRASILEIRO E A INTERVENÇÃO NO SERTÃO NORTE (1889-1930)**

Fernando da Silva Rodrigues\*

## **RESUMO**

Esta investigação tem como proposta refletir sobre a participação dos militares no processo intervencionista de ocupação do Estado brasileiro no sertão Norte no contexto de um projeto civilizador para os grupos indígenas. Metodologicamente, a pesquisa apoiou-se no uso da documentação produzida pelo Exército brasileiro sobre o espaço e a população indígena, e no uso das imagens fotográficas produzidas sobre fronteiras, estrangeiros, negros e índios da Amazônia, pela Comissão de Inspeção de Fronteiras, durante o ano de 1927 a 1930, chefiada pelo General Cândido Mariano da Silva Rondon, articulando essa produção documental com os interesses modernizadores do Estado brasileiro naquele momento em que o país continuava na busca pela sua identidade.

**Palavras-chave:** Estado; Fronteira; Política.

---

\* Doutor em história Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Severino Sombra. Pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra (ESG) e bolsista FAPERJ.

### ***Abstract***

This research is proposed to reflect on the participation of the military in the process interventionist state in the Brazilian backlands North in the context of a civilizing project for indigenous groups. Methodologically, the study relied on the use of documents produced by the Brazilian Army on space and the indigenous population, and the use of photographic images produced on borders, foreigners, blacks and Indians of the Amazon, the Border Inspection Commission, during the year 1927 to 1930, led by General Candido Mariano da Silva Rondon, articulating this documentary production with the interests of the Brazilian state modernizers that moment when the country was still in search for his identity.

**Keywords:** State. Border. Politics.

## **INTRODUÇÃO**

Este estudo tem como proposta refletir sobre o projeto intervencionista do Estado brasileiro para o sertão da Amazônia na Primeira República, projeto estudado durante as minhas pesquisas sobre as relações entre os militares, a ocupação do território e o controle das fronteiras Norte na América do Sul. Ação personificada principalmente, na figura do General de Divisão Cândido Mariano da Silva Rondon, engenheiro e militar, que desempenhou algumas de suas funções no Exército brasileiro de maneira a cumprir determinações do Estado.

Uma das primeiras determinações do Estado na Primeira República foi integrar o litoral ao interior, através da construção de linhas telegráficas, símbolo do progresso e da modernidade; e a segunda foi realizar o trabalho de demarcação das fronteiras terrestres através das Inspeções de Fronteiras como fechamento de um ciclo em que o Brasil vinha de longa data tentando estabelecer o domínio sobre o território que antes pertencia à Espanha e que foi incorporado ao espaço geográfico português e, posteriormente, passa a pertencer ao Estado brasileiro com sua independência política.

Destacamos ainda, a construção da soberania nacional a partir de três elementos estudados: as fortalezas construídas em pontos estratégicos das fronteiras internacionais da região Norte e Centro-Oeste do Brasil, estabelecidas como plano de defesa do território; as cidades que se projetaram a partir das fortalezas e de colônias agrícolas, ou militares, e o processo de migração internacional, que fez parte da política de ocupação territorial e formação da população brasileira; e a presença do Exército na região, identificados, neste caso, principalmente pelas ações da comissão de inspeção de fronteiras, no período de 1927 a 1930, e outras expedições pela região, como foi o caso do estudo de um anteprojeto para a defesa da Bacia Amazônica, de 1929.

### **Fortalezas, cidades e a ocupação do sertão Norte brasileiro**

Historicamente, desde os primeiros momentos do século XVI, os navegadores portugueses, espanhóis, franceses e, mais tarde, ingleses e holandeses disputavam o controle político e comercial das terras ao largo do Rio Amazonas, amparados por seus estados, que percebiam possibilidades de expansão de seus domínios na conquista da região.

Com referência aos portugueses, a primeira concessão de terras na região data de 1553, cabendo sua posse ao fidalgo lusitano Luiz de Melo da Silva, conforme determinação de D. João III; no entanto, na tentativa de atingir essa concessão, em 1554, veio a falecer após um naufrágio na entrada do rio Amazonas.

O Estado monárquico francês foi o último a se lançar na política de doação de terras da Guiana, que visava a um imenso território até o litoral maranhense. Em 1616, vencidos os estrangeiros no Maranhão e um pouco mais aliviados da pressão externa, voltaram-se os portugueses, agora com mais atenção, para a região Norte do Amazonas. Aproveitando o momento político do domínio filipino com a União Ibérica (1580-1640), Alexandre de Moura, que lutou contra os franceses, enviou Francisco Caldeira Castelo Branco ao Pará, onde ergueu, em janeiro de 1616, o fortim do Presépio, núcleo inicial da cidade de Belém e de onde se irradiaria a força de defesa portuguesa na Amazônia.

Os resultados foram rápidos, pois, já em 1617, o Capitão Pedro Teixeira<sup>1</sup> apresaria uma embarcação holandesa. Em 1623, foram destruídas as fortificações erguidas por ingleses e holandeses em Tocuju, Nassau, Mariocaí e Mataru. Em 1647, sete anos após o processo da Restauração política portuguesa, Sebastião Lucena de Azevedo, governador do Maranhão e do Grão-Pará, promoveu uma expedição contra os últimos redutos estrangeiros existentes na região, destroçando as forças batavo-britânicas que os guarneciam sob o comando geral de Beldregues, flibusteiro flamengo.

Consolidando essas medidas, promoveu-se o reerguimento da antiga fortaleza de Cumaú, obra concluída em 1688, sob orientação do Capitão-Mor Coelho de Carvalho, que deu à reconstruída praça de guerra a denominação de Santo Antônio de Macapá.

---

<sup>1</sup> Pela orla marítima, fixaram-se os portugueses, durante o domínio espanhol, até 1640, da baía de Paranaguá ao rio Oiapoque que, em 1580, apenas estavam contidos entre Cananéia e Itamaracá. Efetivou-se, portanto, dentro do período de sessenta anos de união das coroas peninsulares, não só a conquista do Norte, da Paraíba ao Grão-Pará, como a de quase toda a Amazônia, de Cametá, no Tocantins, ao rio Napo, em território da atual República do Equador, com a célebre entrada fluvial do capitão Pedro Teixeira, em 1637/1639. (VIANA 1948:54)

Por volta de 1738, apesar das continuadas ameaças estrangeiras nas fronteiras estabelecidas, a fortaleza de Santo Antônio de Macapá apresentava-se em estado de ruína. D. João V, alertado pelo Capitão-General João de A. Castelo Branco expediu uma Carta Régia, datada de nove de fevereiro de 1740, ordenando a construção de nova fortaleza. Em 1758, foram erguidas a vila e a povoação ao redor do antigo forte, recebendo o nome de São José de Macapá. O forte foi reerguido em 1759, pelo governador e Capitão-General Bernardo de Melo e Castro, que, ainda preocupado com a vulnerabilidade de Macapá e com poucos recursos financeiros, incumbiu, em março de 1761, o Capitão Geraldo de Gronsfeld de planejar e executar a construção de um fortim de faxina que substituísse a velha fortaleza em ruínas. Em julho, a modesta fortificação estava concluída.

O seu substituto, o Capitão-General Fernando da Costa de Ataíde Teive, visitando Macapá, acompanhado do engenheiro Henrique Antônio Galúcio, teve oportunidade de constatar a precariedade das fortificações ali existentes. Ordenou ao engenheiro Galúcio que planejasse a construção de novo reduto fortificado. A 29 de julho de 1764, foi lançada a pedra fundamental da fortaleza de São José de Macapá. Apesar do grande interesse do Capitão-General, as obras não se processaram com a rapidez desejada devido às endemias, à precariedade de transportes, de material e de mão de obra. A solução para a falta desta última foi, em parte, encontrada na utilização do índio escravizado e no emprego de degredados.

Em outubro de 1769, faleceu o engenheiro Galúcio, vitimado pelas febres, sendo então encarregado de continuar as obras o Capitão Henrique João Wilkens. No entanto, ocorreu nova mudança relacionada à direção dos trabalhos, que foram dados a Gaspar João Geraldo Gronsfeld, o mesmo que levantou, em 1761, o reduto provisório. Já em 1771, as obras internas estavam concluídas.

Após a inauguração do forte, em 19 de março de 1782, a Vila de Macapá recebeu as prerrogativas de importante Centro Militar, ponto estratégico na planejada conquista e colonização da Costa do Cabo Norte, e Amazonas adentro, até a data da independência do Brasil. Com a ausência de recursos decorrentes da aplicação da política colonial da metrópole portuguesa, inaugurou-se um longo período de decadência para a localidade e para a região.

Decorrem os anos da primeira metade do século XIX, já na monarquia, quando, em seis de setembro de 1856, foi baixada a Lei nº. 281, que deu foro de cidade à então Vila de Macapá. A cidade e o município prosseguiram atravessando os anos, sem receberem as atenções ou os efeitos de qualquer programa administrativo, até a década de 1940, quando foram incluídos na forma de território federal.

Já na região junto ao rio Araguari, em 1840, foi criada a Colônia Dom Pedro II, transferida, em 1907, para o rio Oiapoque com o nome de Colônia Militar do Oiapoque, em Ponta dos Índios, mais tarde transferida novamente para a Vila Santo Antônio, em frente à vila francesa de Santo Jorge. O município de Oiapoque está localizado na parte mais setentrional do território brasileiro, no atual estado do Amapá, fazendo fronteira com a Guiana Francesa ao longo do rio Oiapoque, um dos principais acidentes geográficos junto com as montanhas do Tumucumaque ao sul, que, depois de fazerem a divisa do Brasil com as Guianas, penetram no território nacional.

A ineficiência da Colônia Militar do Oiapoque, deixando a região despovoada e desguarnecida, fora um dos motivos para a fundação da Colônia Agrícola de Clevelândia, em 1922. Ainda na primeira metade do ano de 1921 os primeiros colonos chegaram, sendo distribuídos ao longo da margem brasileira do rio Oiapoque. Durante os anos de 1922 e 1924, esse local foi escolhido para receber os presos políticos revolucionários do Movimento Tenentista. As levadas de prisioneiros chegaram ao presídio político de Clevelândia a bordo do navio Cuiabá<sup>2</sup>, e muitos outros após os combates de Cantaduvras no Paraná, praticamente encerrando o fluxo migratório compulsório para a região. O projeto da Colônia Agrícola acabou entrando em decadência, em virtude da epidemia de disenteria bacilar que vitimava muitos presos e colonos, e coincidiu com o fim da migração de presos políticos.

Em julho de 1927, quando a Comissão de Inspeção de Fronteiras esteve em Clevelândia, havia um forte temor do General Rondon de que se abandonasse o projeto de ocupação e desenvolvimento nessa área, persistindo ele na necessidade de ocupação das fronteiras para garantir a soberania territorial no Norte do Brasil. No entanto, com a Revolução de 1930 e a anistia dos presos políticos, a Colônia Agrícola fracassou. A criação da Fordilândia, por Henry Ford, no Vale dos Tapajós, acabou cooperando para o insucesso da Colônia de Clevelândia.

---

<sup>2</sup> AARÃO, Daniel. De Volta à Clevelândia. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22/3/2003

Já no Estado do Amazonas encontramos o Forte de São Joaquim, que começou a ser construído na confluência dos rios Itacutu e Iraricoeira, em 1775, pelo engenheiro militar F. Sturm, por ordem do governador e Capitão-General da Província. Esse forte foi terminado em 1778, um ano após a celebração do Tratado de Santo Idelfonso. Já em 14 de novembro de 1752, por Provisão Régia, D. José I, rei de Portugal, determinou ao governador e Capitão-General do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado que construísse um forte nas margens do rio Branco. Essa ordem antecedeu em três anos a Carta Régia de cinco de março de 1755, do mesmo soberano, criando a Capitania de São José do Rio Negro, origem do atual estado do Amazonas. No governo de Joaquim Tinoco Valente (1763-1779), apesar de o forte não estar ainda concluído, no início desempenhara importante papel na expulsão das invasões espanholas no vale do rio Branco e, principalmente, na proteção dos colonos portugueses nessa região. Em 1786, serviu de base de operações para o Engenheiro Militar Manuel da Gama Lobo D'Almada, encarregado de levantar, mapear e organizar a defesa do vale do Rio Branco. Os militares que o guarneceram tiveram a incumbência de penetrar, reconhecer, explorar e definir para os portugueses esse território na região de Roraima, na forma de interesses políticos como o estabelecimento da ordem, da proteção por meio das fortificações e da garantia das novas fronteiras que se fixavam – legado deixado posteriormente para os brasileiros após sua independência política e da qual sobraram apenas ruínas. Os portugueses, com o objetivo de proteger o sertão amazônico dos interesses internacionais, estabeleceram diversos fortes construídos estrategicamente nos principais acessos fluviais do rio Amazonas: Forte São Joaquim, no vale do Rio Branco; Forte São José de Marabitanas, no Cucui; Forte São Gabriel, no vale do rio Negro; Forte de Tabatinga, no vale do rio Solimões e Forte Príncipe da Beira, no vale do rio Guaporé.

Era uma defesa em forma de arco, complementado pelos fortes instalados no estuário do rio Amazonas: Forte do Castelo, em Belém; Fortaleza de Macapá, no Amapá; e Forte de Gurupá. Houve outros que aprofundaram essa defesa, instalados nas entradas dos principais afluentes do Amazonas e nas de seu estuário: Fortaleza São João da Barra, em Manaus; Fortes de Santarém dos Tapajós, dos Óbidos, do Desterro e do Toere.

O Forte de São Joaquim foi desativado por volta de 1900, e parte de suas muralhas demolidas para servirem aos alicerces e às paredes do edifício sede e da caixa d'água do Posto de Proteção aos Índios, instalados na Fazenda São Marcos, na foz do Tacatu com o Uraricoeira, próximo à fronteira com a Venezuela, em frente ao local onde esteve instalada essa antiga sentinela do extremo norte do Brasil.

O próximo forte tem sua localização estratégica, pois permitia o controle por via fluvial a todas as cidades do Baixo Amazonas, assim como à região do Rio Xingu. O Forte de Santo Antônio de Gurupá, situado na foz do rio Amazonas, no estado do Pará atual, tem sua origem na feitoria holandesa em um lugar chamado de Mariocaú, de onde os holandeses foram expulsos pelos portugueses, em 1623. O Capitão-Mor do Grão-Pará Bento Maciel Parente teria dado a ideia de fortificar esse ponto, a fim de garantir a ocupação portuguesa na ponta da terra firme avançada sobre o rio Amazonas, conhecida e visitada por estrangeiros traficantes, numa região estratégica no controle da passagem do grande curso de água. Em 1623, os portugueses iniciaram as obras de construção de fortificação, um reduto de taipa de pilão, protegido por paliçadas de madeira pelo lado de terra, onde foram colocadas peças de artilharia com sua guarnição, recebendo a denominação de Forte de Santo Antônio Gurupá e se constituindo numa espécie de base de operações para expulsar estrangeiros invasores do rio Amazonas.

Em 1685, o Capitão-General Gomes Freire de Andrade, na condição de governador, apresentou fundamentada exposição do péssimo estado de conservação do forte, e da necessidade de sua imediata reconstrução, no entanto, esta não foi nem reconhecida nem providenciada pela Metrópole.

No retorno ao governo e à função de Capitão-General do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em 1690, expôs novamente a necessidade da reconstrução do forte, dessa vez ordenada por Portugal. O antigo dera lugar a um novo, cujas muralhas de pedras tiradas do barranco marginal ao rio Amazonas correspondem à parte frontal da Vila Gurupá. Essa reconstrução transformou o antigo forte, dando-lhe maiores dimensões e a estrutura de pedra e cal com muralhas alçadas sobre o solo de terra firme, onde ficou edificado, apesar de a obra não possuir perfeição nem durabilidade. Já em 1727, as fortificações no Grão-Pará estavam novamente arruinadas, permanecendo em estado de total abandono.



Em 24 de setembro de 1751, assumiu o cargo de governador e Capitão-General do Estado do Maranhão e Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Conde de Oeiras, depois Marquês de Pombal. Durante a administração de Mendonça Furtado foram secularizadas as missões religiosas da bacia amazônica, pela lei de sete de junho de 1755, e, pelo Diretório de Três de maio de 1757, foi feita a organização do novo regime dos índios, na qual Gurupá ficou sendo um dos centros mais importantes de população indígena, estando subordinadas a ele diversas outras aldeias.

Ao comandante da fortaleza cabia a cobrança dos dízimos da farinha, recebidos em espécie. Ele também tinha a obrigação de fiscalizar a produção das roças e reunir em Gurupá toda a farinha arrecadada, a fim de enviá-la para Belém, atendendo à fortaleza de Macapá nos suprimentos que lhe fossem necessários. Além disso, tinha a obrigação de fiscalizar as embarcações do tráfego amazônico, porquanto, continuava Gurupá a ser posto de registro obrigatório para tudo e para todos. Em 1761, após serem examinadas por uma comissão de inspeção do Sargento-Mor, engenheiro Gaspar João Gerhaldo de Gronfeld, constatou-se que as ruínas em nada poderiam ser reaproveitadas, devendo apenas ser feito o serviço de demolição de suas paredes para que fosse possível proceder ao projeto de remodelação. A morosidade dos trabalhos na nova construção era decorrente da dificuldade na obtenção dos materiais necessários e na carência de índios para o serviço de tirar e carregar pedras, e para o de terraplanagem. Em agosto de 1762, o então governador e Capitão-General Manoel Bernardo de Mello e Castro determinou a colocação das peças de Artilharia disponíveis em posição provisória, até a conclusão das obras de fortificação, por achar a fortaleza sem nenhum poder de ação.

No governo de Athayde Teive, o desinteresse pela reedificação da fortaleza de Gurupá culminou com a saída do engenheiro Sambucetti, em fins de 1765, ficando abandonadas tanto as obras da fortaleza como as do hospício. Depois de 1773, não se tocou mais nessa construção, nem para conservá-la nem para remodelar ou alterar sua configuração geométrica. Abandonada pelos governos coloniais como fortificação, em proveito das obras da fortaleza de Macapá, a fortaleza passou a sofrer a ação do tempo. No governo imperial, Gurupá perdeu seu valor de posto fiscal, em consequência da nova organização dada ao fisco geral e ao provincial.

De grande importância estratégica, o Forte de Óbidos (Santo Antonio de Pauxis) inicialmente foi edificado de taipa de pilão, em fins do século XVII, pelo Capitão Francisco da Mota Falcão, em posição alterosa, sobre uma orla da Serra do Peru, treze quilômetros e duzentos metros abaixo do rio Trombetas, no ponto de menor extensão entre as margens do rio onde o Amazonas diminui de largura até chegar a 1.890 metros – seria a área mais vulnerável numa invasão estrangeira.

A primitiva fortaleza subsistiu em bom estado até a metade do século XIX, quando começou a desabar a cortina do lado do rio e, em 1854, estava em completa ruína. Foi reconstruída pelo Major Marcos Pereira de Salles, que lhe deu a forma semicircular guarnecida por dez canhões, reparada posteriormente. Foi-lhe acrescida uma plataforma corrida, de cantaria de Lisboa. A Serra da Escama era o ponto onde se encontrava uma Bateria de Artilharia (Bateria Gurjão), ponto de defesa estratégico, conforme se verifica na planta do canal de Óbidos, mostrando o alcance máximo dos canhões e os setores batidos pelos fogos em conjunto e em separado; levantamento feito pelo 1º Tenente Arnaldo de Souza Paes de Andrade, em agosto de 1909. A Bateria Gurjão era composta por quatro canhões Armstrong de calibre 152 mm, cujo alcance era de 8.200 metros com pólvora EXE e 9.600 metros com pólvora Cordite. No entanto, o Forte só servia para a defesa do lado leste do sul, ou do lado inferior do rio, porque, do oeste ou do lado de cima havia um monte de terra ocultando e embaraçando os fogos naquela direção, necessitando-se de obras complementares para executar completamente o serviço, ou seja, defender o território brasileiro, evitando a subida de vapores inimigos.

Na fronteira com a Bolívia está a cidade de Brasiléia, situada na zona fisiográfica do vale do Alto Purus e Acre. Limita-se ao Norte com o município de Sena Madureira; a Leste, com o município de Xapuri; ao Sul, com a Bolívia; e, a Oeste, com o Peru. Os seus principais afluentes são: o rio Acre, afluente do Purus, que serve de limite entre o Brasil, a Bolívia e o Peru; e o rio Xapuri, afluente do rio Acre.

Historicamente, habitavam na região, até 1896, as tribos Catianas e Maintenecas. A primeira penetração feita por grupos civilizados foi em 1892, quando chegaram imigrantes nordestinos fugindo da adversidade climática de sua região e encontraram na extração da borracha nova chance de sobrevivência. Estes já vinham povoando as terras inexploradas da Amazônia desde a metade do século XIX.

Os primeiros imigrantes apossavam-se das terras até então inexploradas. E assim, pouco a pouco, constituíam vários seringais: Carmem, Nazaré, Belmonte, Quixadá, Baturité, São João, Triunfo, São Francisco, Piauí, Bahia etc. designações que mostravam a origem nordestina desses homens. Quando da explosão da Revolta Acreana, em 1902, as terras do município eram habitadas por brasileiros na sua totalidade. Os seringais de Carmen e Bahia foram os locais de operações dos combates entre as tropas de Plácido de Castro e tropas bolivianas.

Com a celebração do Tratado de Petrópolis, em 17 de Novembro de 1903, as terras do município de Brasília, como todo o Acre, passaram a integrar o território nacional. No entanto, compreende-se melhor a ocupação da região a partir do conhecimento do fator geográfico, do povoamento e da economia do território acreano, que faz fronteira com a Bolívia.

A construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM) vinha sendo estudada desde meados do século XIX, a fim de atender à exploração da borracha no vale do rio Madeira, e de carrear para influência brasileira a produção da zona limítrofe da Bolívia.

Durante muito tempo, os rios eram a única via de transporte nessa região. A necessidade de encurtamento das distâncias fez a Bolívia levantar a hipótese de substituição dos caminhos tradicionais pelas costas do Atlântico. A descoberta de ouro, em Mato Grosso, indicava uma ligação mais eficiente com o Pará.

O rio Madeira passou a concentrar as atenções nos planejamentos, mas o grande número de saltos e corredeiras tornava impraticável a navegação em certos trechos. Iniciaram-se, desde cedo, alguns estudos sobre a construção de uma ferrovia, no entanto, sem resultados satisfatórios.

No final do século XIX, o governo boliviano contratou o coronel George Church, engenheiro norte-americano que organizou a *Public Works Construction Co*, para iniciar, em 1871, os trabalhos em Santo Antônio do Alto Rio Madeira, em direção a Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia, mas logo foram interrompidos por divergências entre acionistas ingleses. Em 1872, outra tentativa, agora com a firma *Dorsey & Caldwell*; mas, posteriormente, houve nova desistência em virtude do surto epidêmico de que foram vítimas os trabalhadores.

Em 1882, o Brasil assumiu a responsabilidade pela construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, e o Imperador D. Pedro II enviou para Santo Antônio a Comissão *Morsing*. A malária liquidou seus três engenheiros em menos de um ano: Índio do Brasil, Tomás Cerqueira e Leitão da Cunha.

A obra da EFMM reiniciou-se em 1907, imposta pelo tratado de Petrópolis, como indenização à Bolívia pela perda do território do Acre. Os planos, até então, previam a cabeça de linha em Santo Antônio, por ser o único marco com vestígio de civilização em toda a floresta em derredor. A estrada de ferro deveria estar toda em território mato-grossense, uma vez que a convenção de limites entre Mato Grosso e Amazonas assim estabelecia.

A construção ficou a cargo de Percival Farquhar, cabeça do sindicato que dominava várias ferrovias no Brasil e no mundo. Após Farquhar realizar algumas manobras, conseguiu a concessão. Trouxe barbadianos, granadinos, franceses, espanhóis, portugueses, gregos, italianos e indianos. A eles se juntaram brasileiros e bolivianos, no acelerado ritmo de construção da ferrovia, que, para trás, ia deixando diversas baixas humanas. Alguns dos mortos eram sepultados em Candelária, outros apenas recebiam como última morada uma cova rasa à margem dos trilhos.

Uma população ondulante, instável, de aventureiros aliciados para um trabalho que oferecia todas as possibilidades de aventura. O dia terminava junto com o ritmo dos trabalhos; à noite, o som da algazarra, da música, dos gritos e das discussões era pronunciado em diversas línguas, em locais como botequins, casas de jogos e de prostituição. As brigas e crimes eram frequentes, o beribéri e o impaludismo abriam claros na população trabalhadora, até que o médico sanitaria Oswaldo Cruz visitou o local e estabeleceu normas para tornar a terra mais habitável. Nesse ambiente, cercado pelas necessidades dos prazeres, após o ritmo alucinado dos trabalhos – pelos índios selvagens da região e pelas doenças tropicais que dizimavam milhares de pessoas –, vão sendo construídas diversas igrejas, talvez como fator de manutenção da ordem e do estabelecimento de um processo civilizador para essas áreas inóspitas, visto que o Estado tinha dificuldades de se estabelecer naquele local.

Em primeiro de agosto de 1912, na cidade de Guajará-Mirim, era cravado o prego de ouro, símbolo da finalização da ferrovia, e, com isso, o sindicato Farquhar conseguiu um contrato de arrendamento por sessenta anos, adquirindo, também, vastos seringais no Brasil e na Bolívia.

Em 1915, era aberto o Canal do Panamá, e a Bolívia encontrava um caminho mais curto até os centros de consumo de seus produtos. A EFMM passa a atravessar várias crises. Em 1929, a quebra da Bolsa de Nova York e a crise financeira mundial repercutem profundamente na Madeira-Mamoré. Finalmente, em 1931, o Governo Federal decretou a encampação da estrada.

Percebemos, nesse caso, que o Estado brasileiro buscava ampliar sua ação intervencionista sobre o território nacional e sua população pela construção de uma ferrovia. De fato, durante esse período houve um aumento na presença e nas atividades do poder público central aliado ao capital privado. A construção da ferrovia implicava um novo posicionamento diante da modernidade, das novidades materiais e, simbolicamente, representava a chegada da civilização pelo progresso tecnológico, que vinha combater o atraso do sertão. Era a marcha do processo civilizador através dos trilhos de trem, que vai, aos poucos, integrando o litoral ao sertão com a presença do Estado.

No estado de Rondônia, situa-se o Real Forte Príncipe da Beira, que foi mandado construir, entre 1776 e 1783, pelo Capitão-General da Capitania do Mato Grosso Luiz de Albuquerque Mello Pereira e Cáceres, no reinado de Dom José I, e teve o apoio do Ajudante de Infantaria em exercício, engenheiro Domingos Sambuceti, responsável pela construção.

As ideias pertinentes à construção do Forte apareceram durante o transcurso de uma viagem feita por Luís de Albuquerque, ao final de 1773, quando descera o rio Guaporé, desempenhando missões determinadas por ordens régias. Entre fevereiro e março do ano seguinte, pesquisou o curso do rio Madeira à procura do lugar ideal a fim de instalar uma nova fortaleza. Para tal, persistia a intenção da segurança da fronteira que o projeto no rio viria a reforçar, como forma de bloqueio da via fluvial interior contra as investidas dos espanhóis do Peru. No decurso da exploração no Madeira, Luís de Albuquerque encontrara-se com Domingos Sambucetti, prosseguindo os reconhecimentos e trabalhos de campo na área do Forte da Conceição.

Em dezembro de 1774, Luís de Albuquerque enfrentou censura do Ministro Pombal às empreitadas administrativas a que se lançara. Os custos ultrapassavam os recursos da Capitania. Em 20 de junho de 1776, os alicerces do novo forte receberam a pedra fundamental, com a presença de Luís de Albuquerque.

Os quatro baluartes da fortaleza foram consagrados com nomes de santos católicos: Nossa Senhora da Conceição, Santa Bárbara, Santo Antonio de Pádua e Santo André Avelino.

O Forte foi assentado sobre um espigão do contraforte dos Parecis, identificado por Rondon como Serra do Ouro Fino, que se desenvolve paralelo ao rio Guaporé. Terreno sólido na margem direita, próximo à barranca do rio, o local alçava-se sobre as paragens vizinhas, a cavaleiro da linha das enchentes. A montante da velha fortificação em curto lance de mil braças constituía-se no movimento mais elevado que se encontrava do Mamoré ao Baures. No trecho, alargava-se o rio além dos setecentos metros. O leito pedregoso embaraçava a navegação. Pouco distante, na margem espanhola, adensavam-se missões e povoados do Baures e do Itonamas.

O projeto do engenheiro Sambucetti previa uma fortificação abaluartada no sistema Vauban, preconizado à época no mesmo estilo em que se levantara a Fortaleza de São José do Macapá, um decênio antes. O seu traçado arquitetônico guardava os preceitos da moderna engenharia militar da época, com flanqueamento das linhas, cruzamento de fogos e obras singulares de reforço. Consistia em uma estrutura quadrangular de soberbas dimensões, com cento e dezenove metros e meio de lado. Circundava-a um fosso de profundidade igual a dois metros e largura variável, que podia alcançar os trinta metros. Baluartes alçavam-se nos ângulos, ligando-se dois a dois por cortinas. Cada baluarte possuía guarita e quatorze canhoneiras; três por flanco, e quatro por face.

À frente, um traçado de fortificação com ponte levadiça; ao alto do sólido frontão, lavor com as armas portuguesas. Adentrava-se por um saguão abobado que flanqueava a praça com os quartéis da guarnição, as dependências de governador, a capela, o paiol subterrâneo, os armazéns, as prisões e a cisterna. Da praça, o acesso subterrâneo à mata da serra, como rota alternativa de fuga.

O nome do forte foi escolhido por Luís de Albuquerque em honra ao primogênito da futura Rainha D. Maria, que ostentava o título de Príncipe da Beira. A homenagem teria facilitado a aceitação oficial do empreendimento.

Em 1777, promulgou-se um novo tratado em que o limite ocidental retornava ao Guaporé. Interditavam-se, também, obras de fortificação na faixa lindeira. Luís de Albuquerque manteve o projeto do Forte Príncipe da Beira. O caráter preliminar do acordo, e as oscilações da conduta diplomática das Coroas nos últimos decênios, induziam-no a prosseguir a edificação ainda em suas bases. O Forte ocupava posição proeminente no quadro da política de fronteira, cuja intenção era defender dos interesses portugueses. Com relação às tarefas executadas, a fortificação absorveu contingente significativo de trabalhadores de todos os níveis ao longo do tempo.

A empresa demandava grande mobilização para conseguir alcançar o sucesso. Não bastava a liderança operacional do engenheiro Sambucetti. O fornecimento de material estava sujeito aos mais diversos percalços, nem sempre correspondia ao ritmo de trabalho que impusera às obras. A pedra canga, arenito comum na região, constituía-se no material básico. Levantava-se a edificação em alvenaria de pedra, com revestimento de cantaria.

No entanto, em 1780, Domingos Sambucetti faleceu de malária, sem concluir o Forte. Sua obra fora completada por Ricardo Franco de Almeida Serra, oficial engenheiro que comandou o Forte Coimbra, no Mato Grosso, durante a invasão paraguaia de 1801.

A construção do Real Forte Príncipe da Beira chegou ao fim em 1783, restando partes internas a concluir. Em agosto, Luís de Albuquerque procedeu à inauguração na presença dos representantes de Vila Bela e Cuiabá.

Em meados do século XIX, o Forte passava a conhecer um longo período de abandono, sendo reencontrado por meio dos trabalhos realizados pela turma de Inspeção de Fronteiras, chefiada pelo general Rondon, em 1929.

## **O Exército na ocupação do território e na defesa da soberania nacional**

O terceiro elemento estudado insere-se no contexto histórico-político da primeira República no Brasil. O Exército, por meio de seus serviços de engenharia, de levantamento cartográfico e de inspeção de fronteiras, foi peça importante na conformação de um projeto de Estado, que foi delineado pela construção e defesa da soberania nacional. O período foi marcado pelas ações de diversos militares, entre elas as do General Cândido Mariano da Silva Rondon, no interior do Brasil.

O General Rondon desenvolveu sua missão militar dentro de um contexto de intenso processo civilizador promovido pelo Estado, cumprindo ações de resgate dos sertões brasileiros, onde realizou ações relevantes como a construção das linhas e estações telegráficas, a criação e direção do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910, a participação da expedição científica Roosevelt-Rondon, em 1913 e 1914, a chefia da comissão de inspeção de fronteiras, entre 1927 e 1930. Foi delegado do Brasil na comissão mista internacional Peru-Colômbia, com sede em Letícia, em 1935.

As atividades de Rondon tinham como ideal a integração e a civilização do sertão, principalmente dos grupos indígenas brasileiros, esquecidos no seu "atraso cultural", na sua condição de "sociedade inferior".<sup>3</sup> Rondon deveria rasgar as matas misteriosas e resgatar seus nativos da barbárie, trazendo-os para a civilização. Deveria unir o território, conhecer sua natureza considerada hostil e desconhecida, ser a peça fundamental de uma articulação política à qual estava a serviço. Seria um símbolo nacional republicano: militar, positivista, patriota e civilizado.

Ser engenheiro militar – ter formação positivista e estar a serviço do Estado – é fator preponderante na configuração do elemento condutor desse processo civilizatório contemporâneo. O lema "Ordem e Progresso" tem o poder simbólico de garantir a integração do território nacional por meio de um progresso científico desenvolvido pelo Exército, uma instituição pública a serviço do Estado. As linhas telegráficas e a demarcação das fronteiras empreendidas pelo General Rondon tornaram-se elementos de uma ideologia do poder, ou seja, promoveram a extensão das ações do Estado como centro político para suas regiões periféricas.

A primeira missão que Rondon recebeu ainda como Tenente foi a de integrar a equipe do então Major Gomes Carneiro, chefe da comissão de linhas telegráficas de Cuiabá a Araguaia, no ano de 1890. Em 1900, retornava novamente ao Mato Grosso, agora na condição de chefe, para a construção de uma linha telegráfica de Cuiabá a Corumbá, com ramificações para Aquidauna e Forte Coimbra.

---

<sup>3</sup> LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 19 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.



Prosseguiu levando o telégrafo a Nioaque, Miranda, Porto Murtinho, Margarida e Bela Vista, na fronteira com o Paraguai, ordem que recebera do Governo, a fim de prolongar a linha do sul do estado do Mato Grosso. Até 1900, não havia estradas contínuas nem comunicação rápida com o sul do Mato Grosso, tornando a Bacia do Prata área de interesse estratégico para a região.

Foram feitas várias tentativas para levar o telégrafo até o Centro-Oeste, mas o Pantanal e a floresta dificultavam qualquer ação do Estado com esse intuito. Ou seja, até 1900, nossas fronteiras com o Paraguai e a Bolívia continuavam desguarnecidas e isoladas do resto do Brasil.

No ano de 1906, o então presidente da República, Afonso Pena, incumbira Rondon de construir a linha telegráfica que ligaria, através do sertão, o Estado do Mato Grosso à Amazônia.

Bolívia e Brasil disputavam terras do Acre, e o Brasil propôs um acordo em troca das terras: daríamos uma saída para o mar, através da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, passando pelo Rio Madeira no Amazonas, até chegar ao Atlântico. No entanto, para conseguir tal feito, o Brasil precisava estabelecer comunicação rápida com a Amazônia, pois o Estado precisaria controlar o comércio internacional que atravessaria nosso território.

A missão de ligar o Mato Grosso à Amazônia foi desenvolvida em três etapas: em 1907, era estabelecida a base para o início das operações a partir do Rio Juruena, rumo ao Rio Madeira; em 1908, chegava à Serra do Norte, cumprindo mais uma etapa de sua missão; em 1910, chegava ao destino, no porto de Santo Antônio do Rio Madeira.

No ano de 1910, foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) pelo presidente Hermes da Fonseca, que convidou Rondon para ser o chefe dessa entidade. A liberdade dos índios continuava sendo vista pela ação tutelar do Estado, dali se processara sua inserção na sociedade civilizada. Os homens do Estado, principalmente os que pertenciam às instituições de formação cientificista, avaliam essa inserção do índio pelo progresso dirigido: como no trecho abaixo se fez pronunciar Luís Horta Barbosa, que exercera o cargo de diretor do SPI:

O serviço não procura nem espera transformar o índio, os seus hábitos, os seus costumes, a sua mentalidade, por uma série de discursos ou de lições verbais, de prescrições, proibições e conselhos, conta apenas melhorá-lo, proporcionando-lhe os meios, o exemplo e os incentivos indiretos para isso: melhorar

os seus meios de trabalho, pela introdução das ferramentas; as suas roupas, pelo fornecimento de tecidos, e dos meios de usar a arte e de coser, à mão e à máquina; a preparação dos seus alimentos pela introdução do sal, da gordura, dos utensílios de ferro, etc.; as suas habitações; os objetos de uso doméstico; enfim, melhorar tudo quanto ele tem e que constitui o fundo mesmo de toda existência social. E de todo este trabalho, resulta que o índio não é um mísero ente sem classificação social, por ter perdido a civilização a que pertencia sem ter conseguido entrar naquela para onde o queriam levar.

(Amílcar 1946:55)

O contato com a civilização foi promovido por intermédio da organização de povoações indígenas, pelos Postos de Atrações e Postos de Pacificação, subordinados ao SPI. Tornaram-se posições intermediárias entre a selvageria e a civilidade. Locais próprios para iniciar o processo de aculturar os indígenas e, em seguida, inseri-los na civilização.

A expedição Científica Roosevelt-Rondon pelo sertão da Amazônia, de 1913 a 1914, pôde sintetizar bem os interesses nacionais e internacionais do mundo político cientificista, que pretendeu estabelecer o ideal civilizatório como forma de articulação de poder e dominação através do eixo centro-periferia.

Theodore Roosevelt, ex-presidente dos Estados Unidos da América, no período da política imperialista do "*Big Stick*", política intervencionista voltada principalmente para as nações latino-americanas, utilizou como instrumento de dominação o seu poderio militar, articulado ao seu projeto civilizador de levar a religião protestante às nações católicas consideradas atrasadas culturalmente, resultado de sua tradição protestante, que realçava a realização individual. Civilizar os povos atrasados passava a constituir um dever moral da América protestante, livrando-os da barbárie do cristianismo católico. O ex-presidente dos Estados Unidos da América vinha agora ao Brasil, integrando uma missão científica para caçar, estudar a fauna, a flora e a geografia física do sertão amazônico. A serviço do Museu de História Natural de Nova York pretendia reconhecer uma região em sua maior parte desconhecida dos brasileiros, e quase que totalmente desconhecida dos norte-americanos. No seu processo de expansão, os Estados Unidos já dominavam todo um território expansão,

que antes era controlado pelos índios da América do Norte, e uma boa parte da América Central ocupada pelo México. O Caribe tornara-se Lago Americano, e o canal do Panamá tornara-se uma realidade dos interesses econômicos norte-americanos. Faltava estabelecer o domínio na América do Sul e, para isso, o ideal era iniciar com uma expedição científica sem demonstrar muitos interesses políticos.

O período de 1927 a 1930 foi crucial para a História Política do Brasil, com relação ao estabelecimento das fronteiras terrestres do centro-oeste e norte. O telégrafo de Rondon tomou posse do Centro-Oeste e da Amazônia, mas a Comissão de Inspeção de Fronteira completara o trabalho de consolidação de nossa soberania territorial, ratificando as nossas reais fronteiras.

Em 1927, o então presidente da república, Washington Luiz, solicitou que fossem inspecionadas as fronteiras do país até o final de seu governo, com o objetivo de estudar as condições de seu povoamento e segurança, sendo, portanto, o General Rondon nomeado Inspetor de Fronteira. A inspeção foi dividida em campanhas amplamente registradas em fotografias, cartas topográficas, documentos escritos e filmes, que tinham por tarefa atingir a linha de fronteiras do Brasil com a Guiana Francesa, Guiana Holandesa, Guiana Inglesa, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, e Paraguai.

A primeira campanha iniciou-se pelo norte do país, abrangendo as fronteiras dos estados do Pará e Amazonas com a Guiana Francesa, Guiana Inglesa e o sul da Venezuela. A segunda campanha partiu do estado do Pará com destino à fronteira com a Guiana Holandesa. E, a terceira campanha, visou ao interior do país, seguindo do Amazonas ao estado do Mato Grosso.

No acervo documental iconográfico<sup>4</sup> produzido pela Comissão de Inspeção de Fronteiras, percebemos uma grande parcela de imagens fotográficas privilegiando a paisagem. Elas confirmaram

---

<sup>4</sup> Para análise deste momento utilizamos principalmente as fotografias produzidas pela Comissão de Inspeção de Fronteiras, em que tomamos por princípio a identificação das ações dos expedicionários de forma que pudéssemos entender a construção de uma parte do processo intervencionista do Estado no sertão centro-oeste e norte brasileiro. Nesse caso, foi dada prioridade à análise da produção fotográfica militar, que merece destaque no contexto nacional por ter sido desenvolvida dentro de uma instituição que representa o interesse do Estado, o Exército brasileiro. Nosso objetivo foi articular a produção cultural a uma política de Estado.

uma intenção de estudar o meio natural do interior brasileiro, o qual serviu não só para ratificar as nossas fronteiras terrestres, como também para estudos geopolíticos visando a futuras intervenções diretas do Estado, ou seja, uma real intenção de conhecer o território para conquistar a soberania.

O estudo das culturas encontradas torna-se um complemento da avaliação territorial, visto que uma intervenção do Estado fatalmente passa por todos os campos, desde o material ao pessoal.

Comparando com os documentos produzidos pela Inspeção de Fronteiras (1927-1930), chefiada pelo General Rondon, analisamos o relatório apresentado ao Ministro da Guerra pelo Major José Agostinho dos Santos, em 1929, sobre um estudo de defesa da Bacia Amazônica. No relato do militar, constatamos que houve restrições na execução de seus trabalhos, por falta de recursos cartográficos, levantamentos hidrográficos, dados estatísticos e carência de verba, de maneira que o serviço dependesse da ajuda de algumas autoridades civis e militares das regiões trabalhadas.

Percebe-se nitidamente no relatório que o apoio administrativo era pouco, apesar dos interesses do Estado no serviço. Um dos meios utilizados para amenizar a falta de recursos e conhecimento da região foi lançar mão da obra estrangeira *L'Amazonie Brézillienne*, de *Paul Lè Cointe*, uma das mais completas à época, do ponto de vista científico. Internamente, os mapas levantados pelos governos locais eram muito deficientes e errados, em virtude dos fracos recursos profissionais e materiais, o que dificultava mais ainda o serviço da expedição.

Outro recurso utilizado foram as viagens feitas para as regiões, com o apoio de informações prestadas pelos comandantes de navios fluviais, chamados de "Gaiolas", profundos conhecedores dos sinuosos cursos d'água do Amazonas.

Nas ideias preliminares do relatório, percebemos que apesar de toda a dificuldade apresentada havia interesse do Estado no projeto de defesa da região e na manutenção do território, ainda bastante desconhecido e distante do litoral, do centro político brasileiro. Apesar das questões políticas internas, já se discutia a condição econômica que a região poderia desempenhar em âmbito nacional, em virtude de sua grande extensão, suas riquezas e inesgotáveis recursos naturais, o que em parte vinha também despertando interesses estrangeiros na região.

No relatório apresentado ao Ministro da Guerra<sup>5</sup>, são expostos diversos problemas tanto de ordem política quanto administrativa, tornando-se necessário formular um plano mais eficaz visando à proteção da região, para que a política comandasse medidas estratégicas de caráter permanente ou transitório. No caso de um conflito armado, o momento analisado no contexto político internacional definiria a lógica de defesa da Amazônia.

Por falta de interesses políticos, administrativos e pela decadência econômica, as áreas fronteiriças do Brasil com nações sul-americanas ao Norte e Oeste do Pará e Amazonas encontravam-se no esquecimento e no atraso cultural, desprovidas de estradas e de outras vias de comunicação que facilitassem o contato com outros centros políticos mais desenvolvidos.

A região do atual estado do Amapá, historicamente teve graves problemas fronteiriços com a Guiana Francesa e, secundariamente, com o Suriname, que ameaçava constantemente a soberania brasileira, até 1900. Por isso, as regiões de fronteiras mais discutidas no relatório de 1929, e documentadas pela Inspeção de Fronteiras foram os limites com esses países. Na região inglesa foram executados muitos melhoramentos e aplicados capitais na abertura de estradas. Os campos do Rio Branco, situados ao Norte do Amazonas, eram excelentes produtores de gado que abasteciam a cidade de Manaus e, havia também muitos fazendeiros mantendo intensas relações comerciais com o estrangeiro. No tocante à Guiana Francesa, além da contestação da população local pela perda do Amapá, verificou-se pouca preocupação do governo francês em estabelecer o desenvolvimento de sua possessão, que serviu exclusivamente na condição de Colônia Presídio para seus detentos.

O relatório sobre estudo da Bacia Amazônica do ponto de vista de sua defesa, apresentado ao Ministro da Guerra Nestor Passos pelo Major José Agostinho dos Santos, foi discutido principalmente no âmbito da política externa e dos interesses internacionais que, desde os tempos coloniais e mesmo no século XX, com o Brasil já independente, não haviam cessado. Em sua expedição, o relator deparou-se especialmente com o caso de descontentamento de negros da Guiana Francesa pela perda do território do Amapá, e com a ideia de retomada pela tentativa de criação da República de *Cunnani*, comentada por vários moradores na região do Oiapoque.

---

<sup>5</sup> ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. Estudo dum anti-projecto para a defeza da Bacia Amazônica (Secreto). Óbidos: Ministério da Guerra, 1929. Relatório.

Com relação aos interesses norte-americanos e ingleses, o relatório indaga ainda na segunda metade do século XIX, sobre tensões na questão da navegação internacional, sustentada por esses governos com base na doutrina de que os rios percorrendo diversos países são livres a todas as bandeiras, e não à exclusividade de um só país, concluindo que o rio Amazonas pertencia a todas as nações que podiam reclamar seu uso.

Discordando de tais interesses, o discurso do Visconde de Abaeté, em nota de 13 de setembro de 1854, assim se expressava com relação às pretensões estrangeiras:

[...] o Amazonas, percorrendo o Brasil na extensão de 460 leguas, de sua foz até Tabatinga, si tem largura considerável, em sua maior extensão, pode ser dominado por fortalezas, que, situadas em uma de suas margens, podem impedir o transito, o que se não dá com o mar; a navegação do grande rio não pode ser feita sem o uso das margens, e estas, na parte em questão, pertencem, exclusivamente, ao Brasil; assim o Brasil exerce, sobre a parte do Amazonas que lhe atravessa o território, plena e efficazmente a sua soberania. Conseqüentemente, quando lhe parecesse chegada a oportunidade ser o grande rio aberto ao commercio do mundo, isso se faria mediante cautelas, que lhes resguardassem o direito.

Portanto, desde a segunda metade do século XIX, interesses ingleses e norte-americanos projetavam-se sobre a região amazônica. No primeiro quartel do século XX, navios dessas bandeiras desrespeitavam as leis brasileiras de soberania territorial. Não era raro que navios da Inglaterra e dos Estados Unidos entrassem em Belém sem esperar os práticos da barra, significando não somente desobediência, como também prévio conhecimento dos pilotos sobre canais existentes na embocadura do rio Amazonas.

Concluimos que esses poucos fatos, por si sós, já seriam suficientes para justificar qualquer medida visando a prover meios de defesa adequada à região, além do mais, os meios de comunicação terrestre para o norte, partindo do litoral e das zonas mais povoadas e importantes do Brasil, à época, eram precários e mesmo inexistentes.

Em 1840, foi criada a Colônia Dom Pedro II junto ao Rio Araguari, transferida em 1907 para o rio Oiapoque com o nome de Colônia Militar do Oiapoque, em Ponta dos Índios e, posteriormente, para a Vila Santo Antônio, em frente à Vila francesa de Santo Jorge. O município de Oiapoque está localizado na parte mais setentrional do território brasileiro, no Estado do Amapá, fazendo fronteira com a Guiana Francesa ao longo do rio Oiapoque, que é um dos principais acidentes geográficos junto com as montanhas do Tumucumaque ao sul, depois de fazerem a divisa do Brasil com as Guianas penetram em território nacional.

A ineficiência da Colônia Militar do Oiapoque, que deixava a região despovoada e desguarnecida, fora um dos motivos para a fundação da Colônia Agrícola de Clevelândia, em 1922. Os primeiros colonos chegaram ainda na primeira metade do ano de 1921, distribuídos ao longo da margem brasileira do rio Oiapoque. Durante o ano de 1922 e 1924, esse local foi escolhido para receber militares prisioneiros políticos dos movimentos revolucionários. As levas de prisioneiros chegaram ao presídio político de Clevelândia<sup>6</sup> a bordo do Cuiabá, e muitos outros após os combates de Catanduvás, na Revolução de 1924, que praticamente encerrou esse fluxo migratório compulsório para a região. O projeto da Colônia Agrícola acabou entrando em decadência, em virtude da epidemia de disenteria bacilar que vitimava muitos presos e colonos, e coincidiu com o fim da migração de presos políticos.

Em julho de 1927, quando a Comissão de Inspeção de Fronteiras esteve em Clevelândia, havia um forte temor do General Rondon de que se abandonasse o projeto de ocupação e desenvolvimento nessa área, insistindo na necessidade de ocupação das fronteiras para garantir a soberania territorial no Norte do Brasil. No entanto, com a Revolução de 1930 e a anistia dos presos políticos, a Colônia Agrícola fracassou. A criação da Fordilândia, por Henry Ford, no Vale dos Tapajós, acabou cooperando para o insucesso da Colônia de Clevelândia.

Ao chegar ao final deste trabalho, concluímos que, com relação às ações pelo sertão do General Cândido Mariano da Silva Rondon e do Major José Agostinho dos Santos, é possível verificar certas intencionalidades do Estado ao promover essas missões civilizadoras

<sup>6</sup> AARÃO, Daniel. De Volta à Clevelândia. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 22/3/2003.

defesa militar das nossas fronteiras na América do Sul; preservação da independência política, por meio de uma soberania sobre o território, que passou a ser reconhecido nacional e internacionalmente pelas eficientes demarcações das fronteiras terrestres realizadas pela Comissão de Inspeções de Fronteiras, no período de 1927 a 1930; reconhecimento do território; e a integração sertão-litoral, via processo civilizatório, dos diversos grupos indígenas, diminuindo as tensões existentes entre o litoral, dito civilizado; e o sertão, dito selvagem.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rita Heloísa. *O diretório dos índios, um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora UnB.

AMADO, Janaina. *Região, sertão, nação*. Revista de Estudos Históricos. Rio de Janeiro: v. 8, n. 15, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de História e Política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

\_\_\_\_\_. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000 (Coleção Descobrimos o Brasil).

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. Revista de Estudos Históricos. Rio de Janeiro: v. 1, n. 1, 1988.

MAGALHÃES, Coronel Amílcar A. Botelho de. *Rondon, uma relíquia da pátria*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO DO BRASIL. *Fortificações no Brasil*. Rio de Janeiro, Tomo XLVIII, 1885. Trimestral.

VIANA, Hélio. *História das fronteiras do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1948.

RECEBIDO: 02/11/2013

APROVADO: 20/12/2013